

A ECONOMIA DE PERNAMBUCO: DA LONGA ESTAGNAÇÃO A UM NOVO CICLO DE CRESCIMENTO SUSTENTADO

The economy of the state of Pernambuco: from a long stagnation to a new growth cycle

Olímpio José de Arroxelas Galvão

Ph.D. em Economia pelo Departamento de Economia do University College da Universidade de Londres, Inglaterra. Mestre em Economia, pelo Departamento de Economia da Universidade de Yale, Connecticut Estados Unidos. Especialista em Desenvolvimento Econômico pela CEPAL/ONU e Bacharel em Direito pela UFPE. Professor Titular da Faculdade Boa Viagem. E-mail: olimpio.galvao@gmail.com.

Resumo: O trabalho faz reflexões sobre o desenvolvimento do estado de Pernambuco, com o propósito de investigar se a economia pernambucana estaria ingressando em um novo ciclo de crescimento, a partir da primeira década do Século XXI. O artigo parte de duas premissas: a de que o estado de Pernambuco foi vitimado, desde o último quartel do Século XIX, e especialmente durante os anos do pós-guerra, por um conjunto de eventos adversos que afetaram negativamente o desempenho de sua economia; e a de que a maioria desses eventos já teria esgotado sua capacidade de bloquear o desenvolvimento da economia do Estado, que estaria presenciando a emergência de um novo e sustentado ciclo de crescimento. O estudo argumenta que, no início deste novo milênio, há fortes indicações de que a economia de Pernambuco vem passando por um novo ciclo de profundas mudanças, em vista da presença de grandes empreendimentos industriais que deverão alterar de forma expressiva o perfil da estrutura produtiva do Estado, com uma possibilidade concreta de permitir o ingresso de sua economia em um ciclo renovado de crescimento sustentado.

Palavras-chave: Crescimento Regional; Desenvolvimento da Economia de Pernambuco; O novo ciclo de crescimento de Pernambuco.

Abstract: This paper makes some reflections on the development of the state of Pernambuco, with the purpose of investigating if its economy is going through a new growth cycle, since the first decade of the 21st Century. The work starts from two main assumptions. First, that the state of Pernambuco since the last quarter of the XIX Century, and especially during the post-war years, was negatively affected by a set of adverse events, which hampered the performance of its economy. Second, that most of these events have already exhausted their capacity to block the economic development of the state, which is witnessing the emergence of a new and sustained growth cycle. This study argues that in the beginning of this new millennium there are strong indications that the economy of Pernambuco is going through a new cycle of deep changes. Thanks to the presence of a series of new and big industrial investments undertaken in the state in recent years, it is expected that they should alter profoundly the productive structure of its economy, leading to a concrete possibility of making Pernambuco enter a new and renovated cycle of sustained development.

Key words: Regional Growth; Development of the economy of Pernambuco State; The New Growth Cycle of the Economy of Pernambuco.

1 Introdução

Este trabalho tem como objetivos principais investigar, inicialmente, os fatores mais importantes que foram responsáveis pelo declínio da economia pernambucana nos últimos 100 anos, com destaque especial para as últimas cinco décadas; argumentar, em seguida, que os principais fatores que têm contribuído para a geração de um processo de longa e quase estagnação da economia pernambucana já teria esgotado a capacidade de bloquear o desenvolvimento do Estado; mostrar, na sequência, como algumas mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira, em décadas recentes, teriam impactado favoravelmente o ambiente socioeconômico no País e na região Nordeste para o surgimento de um novo ciclo de expansão da economia pernambucana; enfatizar o significado que os grandes investimentos já implantados ou em implantação no Estado terá para promover uma inflexão nos rumos futuros da economia estadual; e apresentar algumas projeções de crescimento para a economia do Estado nos próximos anos, concluindo com uma breve discussão sobre os grandes desafios que a economia e a sociedade pernambucanas deverão enfrentar, nos próximos anos, para tornar possível a materialização de um novo cenário de aceleração de seu crescimento.

2 Metodologia

O trabalho, parcialmente de caráter histórico, mas com uma ênfase nos dias contemporâneos, tem como ponto de partida duas hipóteses e duas teses. As hipóteses são:

- a) A economia do estado de Pernambuco teria sido vitimada, a partir da segunda metade do Século XIX, e principalmente desde a década de 1950 e até anos recentes, por uma série de eventos que afetaram negativamente o desempenho de sua economia; e
- b) Na entrada do novo milênio, a maioria desses eventos já teria esgotado a sua capacidade de puxar a economia pernambucana para baixo.

As teses são:

- i) Existe uma possibilidade concreta de que a economia de Pernambuco esteja ingres-

sando em um novo e sustentável ciclo de crescimento; e

- ii) Com esse novo ciclo, a economia do Estado poderá percorrer uma nova trajetória de crescimento, capaz de reverter o quadro de relativa estagnação e de grande pobreza registrado nos dias atuais.

A pesquisa é o resultado de estudos e reflexões do autor durante as últimas décadas e é apoiada em informações do IBGE e em diversos artigos e trabalhos acadêmicos que estão listados ao longo deste artigo. A seção 6 do trabalho, sobre projeções para o crescimento do Estado até o final da presente década, apresenta, com detalhe, os procedimentos metodológicos utilizados pelo autor para as projeções, descrevendo as hipóteses e o passo a passo para estimativa de crescimento da economia Estado até o ano de 2020.

3 Considerações iniciais

A economia do estado de Pernambuco tem sofrido um lento e prolongado processo de declínio, que pode ser datado a partir do último quartel do Século 19, quando ocorreu a perda de seus mercados externos para o principal produto de suas exportações, o açúcar. Porém, ao passar a destinar a produção açucareira aos mercados internos (especialmente para os estados do Sul e do Sudeste), a economia pernambucana continuou mantendo um ritmo menor, mas sustentado de crescimento, em vários segmentos de sua economia, havendo criado, no início do Século XX, uma cadeia relativamente diversificada de fornecedores de insumos, de máquinas e equipamentos para servir ao seu parque sucro-alcooleiro. Além do mais, a massa salarial gerada pelo complexo canavieiro, decorrente de seu sistema produtivo, em grande parte baseado na presença de milhares de fornecedores de cana, propiciou o estabelecimento de outras atividades fabris, principalmente nos ramos têxtil, de bebidas e de produtos alimentares.

Apesar do seu lento e continuado declínio relativo, Pernambuco, na primeira metade do século passado, ainda se destacava, no Brasil e na região Nordeste, como um dos estados mais desenvolvidos e industrializados do País, o seu PIB representando, de acordo com estimativas das contas nacionais do IBGE de 1939, 4,4% do PIB nacional, e o Valor Bruto de sua produção industrial, 4,6%

do total do País, em confronto com tão somente 1,4% do PIB industrial do vizinho estado da Bahia, de acordo com o Censo Industrial de 1949 (IBGE, 1950).

A partir da segunda metade do século passado, porém, a economia de Pernambuco sofre outro ciclo de declínio, por razões que serão apresentadas mais adiante neste estudo – um declínio que pode ser comprovado pela contínua redução da sua participação no PIB nacional, que cai de 3,8%, no ano de 1949, para 3,5%, em 1959, para 2,9%, em 1970, alcançando tão somente 2,1% em 2002, conforme dados das contas regionais do IBGE.

A economia pernambucana também reduz a sua importância relativa dentro do próprio espaço nordestino: de uma participação, no ano de 1939, de 26,5% do PIB regional, esta participação declina para tão somente 18%, no ano de 2002.

No que diz respeito ao cenário industrial pernambucano, a economia do Estado apresenta um quadro bastante negativo, até dentro do contexto regional. Tomando-se como base de comparação a evolução de seu VTI (o Valor da Transformação Industrial), a participação da indústria de transformação na formação do PIB pernambucano teria declinado, segundo dados do IBGE, de 38%, para não mais do que 17%, ao longo do período 1970-2000. A má performance pernambucana é ainda mais ressaltada, quando os mesmos dados são confrontados com os de seus vizinhos estados da Bahia e do Ceará. Enquanto, no mesmo período, a participação do VTI no PIB cearense se eleva de 13% para 20%, a da Bahia se expande de 27% para 44%¹.

Ao longo das últimas três décadas do século passado, novos segmentos da economia pernambucana emergem no cenário estadual: o complexo hortifrutivinícola na região do submédio São Francisco, um importante polo de confecções em diversas cidades do Agreste, o polo gesseiro, na região do Araripe, e expressivas atividades na área de serviços, como as centrais de distribuição e de redistribuição de mercadorias para grande parte da região Nordeste, o complexo médico-hospitalar, na Região Metropolitana do Recife, o polo de informática, e diversas atividades no campo turístico, especialmente nas praias do litoral sul do Estado. É outra hipótese deste trabalho que, a despeito do florescimento desses novos segmentos, que vêm

apresentando uma dinâmica expressiva de crescimento, o seu impacto na economia pernambucana teria sido capaz, apenas, de compensar a continuidade do declínio que ocorreu em seus setores mais tradicionais, e que registravam elevada participação na formação do PIB pernambucano, com destaque especial para o setor sucro-alcooleiro, que sofreu dramático declínio ao longo das décadas de 80 e 90, e o setor têxtil-algodoeiro, que praticamente desapareceu no mesmo período.

No início deste novo milênio, porém, a economia de Pernambuco vem passando por um novo surto de mudanças, com a presença de expressivos investimentos em diversas áreas da economia do Estado, esperando-se que os novos empreendimentos reestruturadores sejam capazes de mudar completamente a face da economia pernambucana, fazendo-a ingressar em um ciclo renovado de crescimento sustentado.

4 Pernambuco: o passado de estagnação e de retrocesso

4.1 O passado mais remoto – a grande crise da primeira metade do século XX

Numa breve retrospectiva, a história econômica de Pernambuco e do Nordeste é a de uma sucessão de *booms* e crises de suas principais lavouras de exportação, e que afetaram profundamente, tanto as áreas de *plantation* das zonas da mata, quanto as do seu vasto interior. Por razões cuja discussão ultrapassaria o escopo deste trabalho, o Nordeste, e principalmente o estado de Pernambuco, ingressaram no século XX com os seus setores de exportação imersos em profunda crise. Como resultado de um conjunto de causas complexas, a Região havia virtualmente perdido, nos anos finais do século XIX, os mercados externos para os seus dois principais produtos de exportação: o açúcar e o algodão.

Depois de quase meio século como uma região que produzia e exportava cada vez mais para os mercados internacionais, durante toda a primeira metade dos 1900s o açúcar e o algodão passaram a ser exportados para esses mercados em quantidades quase marginais e a preços muito mais baixos do que na última metade do século XIX: mesmo nos melhores anos, a exportação dessas duas *commodities* representou, ao longo da primeira

¹ Todos os dados aqui apresentados foram extraídos das Contas Nacionais do IBGE (2006, 2007) e IPEA (2004).

metade dos 1900s, menos de 10% do total da produção regional (WANDERLEY, 1978; TRUDA, 1971[1934]; DE CARLI, 1942). Ademais, como uma circunstância agravante, as três décadas anteriores ao colapso das exportações nordestinas coincidiram com um período em que, tanto a agricultura canavieira quanto a produção de açúcar, haviam passado por um processo significativo de modernização e melhoria tecnológica, levando à transformação dos velhos banguês e engenhos em fábricas modernas e mecanizadas – as usinas (EISENBERG, 1974; DENSLOW JR., 1974; WANDERLEY, 1978; LEVINE, 1978). Como resultado dessas transformações, as áreas açucareiras do Nordeste e, especialmente, de Pernambuco, se defrontavam, ao se iniciar o século XX, com uma combinação de dois graves problemas: a perda dos mercados externos e uma expansão considerável do seu parque produtor de açúcar.

A imediata consequência da crise da indústria de exportação foi a de impelir o setor a buscar no mercado interno um escoadouro alternativo para os seus principais produtos. Eisenberg, um pesquisador norte-americano, no seu clássico estudo sobre a indústria açucareira de Pernambuco, mostra que, depois de alcançar um pico de 119 mil toneladas, em média, no quinquênio 1881-85, as exportações pernambucanas de açúcar para o exterior do país despencam para menos de 33 mil toneladas, no quinquênio 1906-10, registrando pequenas magnitudes exportadas, a partir de então.

Embora existam apenas informações fragmentárias para as primeiras décadas do século XX, Eisenberg também consegue mostrar que as vendas internas de açúcar alcançaram a expressiva cifra de 87 mil toneladas anuais, em média, durante o quinquênio 1921-25 e quase 115 mil toneladas no triênio 1926-28 (EISENBERG, 1974).

Estava, assim, definitivamente configurada, a substituição dos mercados internacionais pelos internos, constituídos estes, durante quase toda a primeira metade do século XX, principalmente por exportações, via cabotagem, para os estados do Sudeste – especialmente São Paulo e Rio de Janeiro.

O problema, contudo, era que, num contexto de superprodução e de perda do mercado internacional, a oferta dos produtos nordestinos só poderia ser absorvida a preços muito baixos, certamente muito mais baixos do que os vigentes nos mercados externos.

O resultado do quadro de dificuldades por que vieram a passar as áreas de *plantations* no Nordeste brasileiro, foi a geração de um processo crescente de empobrecimento da maioria de sua população. Muitos autores que estudaram a economia nordestina durante a primeira metade do século passado assinalam que as condições de vida no meio rural da Região, se já eram extremamente precárias ao final do Século XIX, deterioraram-se, largamente, durante as primeiras décadas do século seguinte (FREIRE, 1937; WANDERLEY, 1978; EISENBERG, 1974; LEVINE, 1978). Levine, outro pesquisador norte-americano que publicou um trabalho especificamente sobre Pernambuco, coletou informações sobre os salários pagos a trabalhadores rurais nordestinos entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Levine assinala que, “[...] entre 1889 e 1914 um trabalhador rural ganhava de 500 a 1000 réis por dia de trabalho, em um emprego regular – o suficiente unicamente para a sobrevivência de uma família” (LEVINE, 1978, p. 24).

Este autor ainda afirma que “[...] os trabalhadores sem emprego migravam para as cidades próximas à procura de qualquer tipo de ocupação, ou vagavam de engenho a engenho” (idem, *ibidem*). Levine passa então a apresentar evidências de que as condições sociais se deterioraram ainda mais ao longo das décadas seguintes. Mostra ele que, em 1931, os salários nominais haviam caído para os níveis de 1874 – quando a escravidão ainda era largamente praticada nas *plantations* açucareiras – e que, em termos de seu poder de compra, os salários haviam declinado para níveis ainda mais baixos. Com efeito, de acordo com as suas estimativas, o salário médio real de um dia de trabalho de um trabalhador adulto masculino (os que recebiam os salários mais altos, em comparação com as mulheres e as crianças, que também trabalhavam no campo ou nos engenhos e usinas de cana) era, em Pernambuco, no ano de 1931, cerca de 350 mil-réis, enquanto tais cifras haviam alcançado os 625 mil-réis em 1874, 740 mil-réis em 1920 e 670 mil-réis em 1926 (LEVINE, 1978, p. 25, Tabela 2.1).

Os arranjos institucionais que foram criados na Região, ligando os cultivadores de cana, os usineiros, os grandes proprietários pecuaristas-algodoeiros, os governos dos estados nordestinos e a grande massa da população trabalhadora, explicam a sobrevivência de muitas atividades produtivas da Região. Segundo testemunho de analistas estran-

geiros que realizaram criteriosas pesquisas sobre a região Nordeste, as áreas de *plantation* da Região transformaram-se, com o colapso dos mercados externos para o açúcar e o algodão, em verdadeiros “*centers of labor exploitation*” (ver, por exemplo, EISENBERG, 1974; LEVINE, 1978; HUGGINS, 1985). Por outro lado, um pesquisador pernambucano, Souza Barros, declara que, durante o período de 1910 a 1930, os produtores de açúcar do Nordeste contaram com o maciço suporte de seus governos estaduais, através de generosos e às vezes vultosos financiamentos públicos (com recursos obtidos em parte com o lançamento de bônus no mercado financeiro, e em parte originados das próprias receitas orçamentárias), que nem sempre eram pagos (BARROS, 1972, p. 28; WANDERLEY, 1972, p. 48; FREYRE, 1937, p. 192)².

As aflições econômicas do Nordeste agravaram-se ainda mais após a década de 1930.

As dificuldades de transportes entre os estados nordestinos e os principais mercados regionais, aliadas ao potencial agrícola e industrial que outras regiões ofereciam, levaram ao aumento crescente da produção de algodão e de açúcar fora do Nordeste.

Com respeito ao algodão, os estados no Nordeste respondiam, até a década de 1930, pela maior parcela da produção nacional dessa matéria-prima e eram eles os principais supridores das fábricas têxteis, localizadas em outras regiões, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na década de 1940, o algodão do Nordeste começa a ser deslocado dos mercados nacionais, na medida em que alguns estados do Sul e do Sudeste se tornam autossuficientes e, eventualmente, exportadores para mercados tradicionalmente abastecidos pela Região. Foi extraordinária, por exemplo, a expansão da produção algodoeira no estado de São Paulo. De acordo com dados coligidos por Stein (1957), a produção média anual de algodão em São Paulo era de 8.700 toneladas métricas no período 1926-1930, representando apenas 7,9% do total nacional e um volume ainda menor do que a metade da produção individual dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. No ano de 1936, contudo, a produção paulista de algodão bruto já alcançara as 178 mil toneladas

métricas, ultrapassando a produção conjunta de todos os estados nordestinos, e representando mais da metade do total nacional. A cotonicultura em São Paulo continuou se expandindo ainda mais na década seguinte, enquanto a do Nordeste estagnava. Em 1940, São Paulo sozinho produziu 65,5% de todo o algodão brasileiro e, em 1944, mais de 75% (STEIN, 1957, p. 197, Apêndice VI). Como resultado, o Nordeste, já por volta do meado do século passado, havia virtualmente perdido o mercado de algodão do estado de São Paulo e rapidamente começava a perder os dos outros estados do Centro-Sul.

A produção açucareira seguiu o mesmo curso. O argumento de que o açúcar nordestino constituía uma carga pesada para o consumidor nacional, devido aos altos custos da cabotagem, e mais ainda, o de que o Nordeste se tornaria muito em breve incapaz de atender à crescente demanda das áreas industrializadas do País, foram utilizados para justificar a necessidade da expansão da produção açucareira fora da Região e, especialmente, em São Paulo (DE CARLI, 1982).

Vale assinalar que, até a década de 1930, o Nordeste era o principal produtor de açúcar no Brasil, contribuindo com cerca de 70% de toda a produção nacional. A despeito das condições estruturais de superprodução, a cultura canavieira se expandia rapidamente na Região, pelas razões acima sugeridas (a compressão dos salários reais e os generosos subsídios ao capital) e também porque os mercados de outras áreas do País continuavam a absorver quantidades crescentes do produto regional, mesmo que a preços inferiores à média de seus custos de produção³. Assim, mesmo enfrentando as condições mais adversas, a indústria açucareira crescia em todos os estados produtores do Nordeste: tomando como exemplo o estado de Pernambuco – que na época era, de longe, o maior produtor e exportador de açúcar do País – a produção neste Estado chegou a quase dobrar no curto período de 1925 a 1929, passando de 2.570 mil sacas de 60 kg para 4.603 mil sacas (WANDERLEY, 1978, p. 55).

A despeito de ser uma atividade em expansão (e talvez também por causa disso) as condições da indústria, na entrada da década de 1930, haviam alcançado tal estado de calamidade que, em 1933,

2 Um exame mais detalhado das transformações sofridas pela economia pernambucana nas primeiras décadas do século passado e, particularmente, dos arranjos institucionais utilizados pelos setores exportadores nordestinos é encontrado em estudos de GALVÃO (1988, 1997).

3 De Carli, um estudioso prolífico da indústria açucareira no Nordeste e ele próprio um plantador de Cana, assinalava que nas primeiras décadas do século passado, das 40 novas usinas em funcionamento no Estado de Pernambuco, apenas três eram rentáveis.

um órgão federal foi criado especialmente para lidar com o problema da superprodução do setor – o Instituto do Açúcar e do Alcool. Vale lembrar aqui que, no decreto de sua criação, o IAA estabelecia ter como principal objetivo promover a redução da oferta

[...] tendo em vista que a produção de açúcar no território nacional excedia largamente as necessidades do mercado interno e que o fenômeno da superprodução era mundial, o que estava levando a que todos os grandes países restringissem sua produção (AMARAL, 1958, p. 370-77).

O efeito mais imediato da criação do IAA foi o de salvar o setor açucareiro nordestino do total colapso financeiro. Todavia, o IAA falhou ao não alcançar o seu maior objetivo, que era o de restringir a produção nacional do açúcar, na medida em que não foi capaz de resistir às pressões dos estados produtores e, principalmente, das outras regiões.

Assim é que, mesmo com o Nordeste enfrentando uma dramática crise de superprodução, a cultura canavieira se expande extraordinariamente nos estados centro-sulinos, após a criação do IAA, e São Paulo, que representava o maior mercado para o açúcar do Nordeste, eleva a sua produção de apenas 135 mil sacas, no ano de 1924, para 1.113 mil sacas, ao ano, no período 1925-29, para 2.248 mil, na safra 1936-37, alcançando mais de 5 milhões ao final da década de 1940 e superando os 14 milhões de sacas por volta da metade dos anos 1950 (WANDERLEY, 1978; TRUDA, 1971[1934]; DE CARLI, 1982). No início da década de 1950 a produção de açúcar em outras regiões do Brasil já havia superado em muito a de todos os estados do Nordeste, expulsando, para sempre, no final dessa década, o produto desta Região nos mercados nacionais, à exceção do seu próprio e a dos pequenos mercados da região Norte e atendendo as ocasionais exportações para os mercados internacionais.

4.2 O passado mais recente: as muitas crises da 2ª metade do Século XX

A historiografia econômica de Pernambuco, relativa à segunda metade do Século XX, mostra um variado conjunto de eventos que explicam a continuidade do baixo crescimento da economia do Estado – eventos que ocorreram, em momentos de tempo diferentes, impactaram intensamente diversos subespaços do Estado e produziram efei-

tos adversos sobre distintos setores e segmentos da economia Pernambucana. Em muitos casos, tais eventos implicaram expressiva involução de partes importantes de sua economia ou mesmo, praticamente, o desaparecimento de muitas de suas atividades produtivas⁴.

Sem qualquer preocupação em exaurir a discussão sobre o assunto, a seguir é feita uma síntese de eventos que marcaram, com maior ou menor intensidade, as trajetórias passadas do desenvolvimento pernambucano nas cinco últimas décadas no século XX.

- A perda dos mercados internos dos dois produtos principais da pauta de exportações de Pernambuco – o açúcar e o algodão – para os mercados do Sul e do Sudeste, nas décadas de 1940 e 1950, coincidindo com a autossuficiência da produção desses produtos nas regiões acima mencionadas (principalmente nos estados de São Paulo e do Paraná). Até então, grande parte da demanda do algodão das fábricas têxteis de outras regiões era atendida pelos estados do Nordeste, incluindo uma expressiva quantidade de tecidos, que também praticamente deixaram de ser importados. Com respeito ao açúcar, a partir da década de 1960, o Nordeste passou a contar com o privilégio de exportar esse produto para o mercado preferencial norte-americano, a preços, em princípio, mais favoráveis, mas que apresentavam enorme volatilidade, em função dos descompassos entre a demanda e a oferta dessa *commodity* no mercado internacional, em contraste com a relativa estabilidade dos preços (bem como das quantidades) obtidos no mercado interno. O resultado foi o de provocar uma enorme instabilidade no setor sucroalcooleiro regional, alternando-se anos de preços elevados, com outros em que os preços nem sempre cobriam os custos de produção. O impacto da perda desses dois mercados sobre a renda e o emprego e, portanto, sobre

4 O leitor encontrará nos trabalhos a seguir listados, uma grande variedade de análises que destacam, sob variadas perspectivas, as razões e os principais determinantes do declínio relativo da economia do Nordeste e do seu baixo dinamismo na segunda metade do Século XX (ALBUQUERQUE, 2002, 2010; VERGOLINO; MONTEIRO NETO, 2002; MONTEIRO NETO, 2005; LIMA, 1994; LIMA; KATZ, 1993; GOMES; VERGOLINO, 2010; GALVÃO, 1984, 1988, 1991, 1999a, 1999b, 1999c, 2005a, 2005b, 2010/2012; GALVÃO; VERGOLINO, 2004; PIMES-UFPE, 1984).

a dinâmica do crescimento da economia do Estado foi, sem qualquer sombra de dúvidas, muito expressivo, afetando, tanto a zona da mata canavieira, quanto vastas porções do agreste e do sertão pernambucano.

- O fim do isolamento relativo, no qual vivia a economia do Nordeste com respeito às áreas mais desenvolvidas do País, com o advento da era rodoviária, no final da década de 40 e início da de 50 do século passado. As ligações rodoviárias do Nordeste com o eixo Rio-São Paulo (a partir da conclusão da estrada Rio-Bahia, no ano de 1949 e, mais ainda, após a sua pavimentação, no final dos anos 50) provocaram uma extraordinária intensificação da competição inter-regional, em desfavor das indústrias da Região (e de Pernambuco, em particular, por ser o estado mais industrializado do Nordeste e, portanto, o que tinha mais a perder). Até a década de 1950, o comércio inter-regional era praticamente limitado ao que podia ser transportado por cabotagem (pela inexistência de outros modais de transportes, como rodovias e ferrovias), o que restringia a penetração de muitos produtos manufaturados de outras regiões, nos estados do Nordeste. Com as rodovias (e o transporte por caminhões) ocorreu um processo de “invasão” de mercados de produtos das regiões mais industrializadas do País, produzidos em estabelecimentos maiores e mais modernos, decretando o fim de um isolamento econômico (em razão de barreiras naturais) que teria beneficiado as indústrias nordestinas durante toda a primeira metade do século passado. Registre-se o fato de que, na primeira metade do Século XX, os estados do Nordeste eram bem servidos, tanto por estradas de ferro quanto por rodovias. Ressalte-se, a esse respeito que, por volta de 1910, já operava na Região um relativamente eficiente sistema ferroviário sob a administração de empresários ingleses (a *Great Western Railroad Company*), ligando vastas áreas interioranas e as capitais dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas. Outros dois sistemas ferroviários, embora não conectados com o sistema acima mencionado, também operavam em

outras partes da Região, um ligando os estados da Bahia e Sergipe, e outro o Ceará e o Piauí (DUNCAN, 1932; PINTO (1949) e, sobretudo, VILLARIN DE SIQUEIRA, 1991). No que se refere a rodovias, vale mencionar a observação de Cooke, o chefe de uma missão técnica Brasil-Estados Unidos durante a Segunda Grande Guerra, de que o Nordeste “*com a possível exceção de São Paulo, tem o melhor sistema de rodovias do país*”, acrescentando, ademais, que as facilidades de transporte existentes faziam com que os bens manufaturados no Nordeste tivessem acesso às mais remotas áreas da Região (COOKE, 1944, p. 137)⁵. Por essa razão, a despeito dos graves problemas que afligiam a economia do Nordeste durante a primeira metade do século passado, fatores tais como o relativo isolamento da Região, a existência de uma expressiva e crescente população – de quase 20 milhões por volta de 1950 – e a disponibilidade de uma relativamente densa rede de transportes internos, possibilitaram a emergência e o desenvolvimento de significativas atividades industriais na Região. Assim, encontravam-se, sobretudo nas áreas litorâneas do Nordeste e particularmente no estado de Pernambuco, um conjunto diversificado de estabelecimentos fabris, como de fiação e tecelagem, de calçados, de madeira e móveis, de cerâmica e materiais de construção, de processamento de alimentos, de couros e peles, de sabões e velas, de processamento de metais, de produtos farmacêuticos e medicinais, de bebidas e de certos setores da química mais tradicional, além de grande quantidade de pequenos estabelecimentos semi-industriais ou artesanais espalhadas pelas cidades do interior (GALVÃO, 1988, 1991). Quando o Nordeste foi finalmente conectado por rodovias com o Sudeste, através da estrada Rio-Bahia – aberta ao tráfego em agosto de 1949 – deu-se início a uma acelerada penetração da Região por produtos manufaturados nas áreas mais industrializadas do País, vindo o caminhão a se constituir no agente

5 A relativamente grande disponibilidade de meios de transporte nos estados nordestinos devia-se ao fato de que as famosas “obras contra as secas” do Governo Federal concentravam investimentos em dois setores: o da construção de açudes e o da construção de estradas de rodagem.

principal do que poder ser qualificado como um verdadeiro processo de “invasão de mercados”. O resultado desse processo está captado em matrizes de comércio interestadual por vias internas apresentadas em outro trabalho deste autor (GALVÃO, 1999a) que mostram a ocorrência de uma extraordinária expansão dos fluxos do comércio entre o Nordeste e o resto do País entre as décadas de 1940 e 1960, e a emergência de enormes déficits nas transações inter-regionais desta Região e de Pernambuco e, de modo especial, com a região Sudeste.

- O desaparecimento da cafeicultura em diversas microrregiões do Agreste Meridional de Pernambuco, decorrência da implementação do plano de erradicação de cafezais promovida pelo então Instituto Brasileiro do Café – IBC, na segunda metade da década de 1960. No início dessa década, por conta de um grande excesso de oferta do produto no mercado internacional (bem como da existência de enormes excedentes domésticos), o IBC passou a adotar um plano de erradicação de cafezais em todo o País e proibiu o replantio em certas zonas produtoras, com altitude inferior às da quase totalidade dos municípios do agreste pernambucano. O impacto dessa medida, mesmo que localizado em alguns municípios do agreste, foi devastador, já que a cafeicultura, na época, era a atividade agrícola mais intensiva em mão de obra em todo o País (AMARAL, 1958). Ademais, além de atender grande parte do mercado regional, de propiciar um conjunto de atividades de beneficiamento (torrefação, ensacamento etc) e de ser realizada em pequenas e médias propriedades, a cafeicultura em Pernambuco gerava um expressivo excedente exportável de cafés finos, realizando vendas de cafés especiais para os exigentes mercados europeus. Dezenas de milhares de empregos foram perdidos, e as propriedades cafeicultoras nordestinas transformaram-se em pastagens, para o posterior desenvolvimento de atividades pecuárias de relativa baixa produtividade e com utilização de reduzido contingente de mão de obra. O impacto econômico e, sobretudo social, sobre as zonas produtoras de café na Região, foi o de diminuir substan-

cialmente a renda gerada nessas áreas, provocando grande empobrecimento de dezenas de milhares de famílias e promovendo um êxodo rural de elevadas proporções para as cidades agrestinas e para os municípios da Região Metropolitana do Estado.

- A quase extinção de todo o tradicional parque têxtil do Estado, baseado principalmente no beneficiamento do algodão, e da juta para sacaria, ao longo das décadas de 1960 a 1980. O quase desaparecimento desse setor - em larga medida em decorrência da incapacidade de concorrência das indústrias locais com as mais modernas, maiores e mais avançadas tecnologicamente de outras regiões do País - trouxe enormes implicações econômicas e sociais para a economia pernambucana, em vista da importância da indústria têxtil, principalmente em termos de geração de emprego e de encadeamentos, que essa atividade exercia na economia do Estado e na de vários outros estados da Região. Vale lembrar que esta indústria era a segunda maior em Pernambuco, tanto em valor da produção quanto em absorção de mão de obra. A recuperação dessa indústria só começou a ocorrer, lentamente, em anos recentes.
- A crise da cotonicultura na Região e no estado de Pernambuco, ocorrida a partir dos anos 80, em decorrência da praga do bicudo. A quase extinção do cultivo do algodão (somente retomada em anos recentes) provocou impactos significativos sobre vários segmentos da economia do Estado, causando o fechamento de dezenas de usinas de descaroçamento da fibra em diversos municípios do interior e, principalmente, de processamento do óleo e de outros derivados, extraídos da sua semente. O impacto direto e indireto da crise da cotonicultura foi devastador em várias outras dimensões. Esta atividade era realizada, em todo o Nordeste, em regime de consorciação com a produção de alimentos (feijão, principalmente) e com a pecuária, pois em se tratando de uma lavoura permanente (o algodão arbóreo), os restos da sua colheita constituíam uma fonte crucial de alimentação para o gado, que era solto nas áreas algodoeiras após a colheita. As sementes do algodão, pro-

cessadas para a produção de ração para o gado, também constituíam uma fonte relativamente barata para a alimentação animal. Além do grande impacto social, em termos do desemprego criado nas regiões do Sertão e do Agreste, a crise da cotonicultura também contribuiu para o encarecimento da matéria-prima para a indústria têxtil pernambucana, e constituiu um fator adicional a explicar o seu desaparecimento.

- A grave crise que vitimou o setor sucroalcooleiro pernambucano a partir da década de 1980 e principalmente após a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA. A nova política para o setor implicou praticamente a eliminação dos subsídios de equalização de preços praticada até então, provocando grande endividamento das usinas. Esse acontecimento, agravado pelos sérios problemas de gestão, acarretou a desativação de cerca de metade das usinas da Região, provocando, além do mais, o desaparecimento de metade a dois terços dos fornecedores de cana – que formavam uma expressiva classe média de produtores rurais nas zonas da mata pernambucana. Impacto importante também ocorreu nos setores anulares da indústria sucro-alcooleira, principalmente no de metal-mecânica e noutros segmentos produtores de insumos e de bens de capital. Como a indústria de produtos alimentares, liderada pelo setor açucareiro, era (e ainda continua sendo hoje) uma das mais importantes atividades industriais da Região e uma grande fonte geradora de emprego, o impacto do declínio dessa indústria assumiu enorme significado como explicação dos baixos índices de crescimento que a economia de Pernambuco apresentou nas últimas décadas.
- A falência da política de desenvolvimento regional, via incentivos fiscais, e o fim do último ciclo de crescimento do Nordeste. Voltada para a produção de insumos e produtos intermediários, principalmente para exportação aos mercados extra regionais, a política de industrialização do Nordeste fracassou, em parte por não ter sido capaz de induzir um processo autossustentado de crescimento, em parte em decorrência da estagnação que sofreu a economia do País

como um todo, a partir da década de 80, sobretudo as regiões Sudeste e Sul, para onde se destinava a maior parte da produção das indústrias incentivadas do Nordeste. Por outro lado, as mudanças nas próprias políticas de incentivos fiscais, ocorridas ao longo dos anos 70 e 80, também exerceram expressiva repercussão adversa em todo o Nordeste. A destinação de recursos dos incentivos fiscais para outras atividades, setores e regiões fora do Nordeste (o Programa de Integração Nacional – PIN; a utilização dos incentivos para a pesca, o reflorestamento, a Transamazônica e o Turismo), provocaram uma substancial diminuição dos investimentos na Região e em Pernambuco. Além do mais, a decisão política de utilizar os recursos dos incentivos para a implantação do polo petroquímico na Bahia, retirou volume apreciável de investimentos que poderiam ser destinados a outras atividades produtivas no Estado e que poderiam ser financiados com recursos de outras fontes, tanto das próprias empresas (como a Petrobrás e firmas multinacionais) como do Tesouro Nacional. Por fim, o próprio sistema de prioridades que veio a ser estabelecido para a concessão de incentivos – pelo qual a Região Metropolitana do Recife passou a ter uma pontuação menor do que outras áreas da região Nordeste – também terminou por penalizar o estado de Pernambuco quando da escolha da localização dos investimentos incentivados.

- O esvaziamento da SUDENE. O esvaziamento da importância da SUDENE, tanto no aspecto político quanto no que diz respeito às suas funções de planejamento e de concessão de incentivos fiscais, também teria provocado expressivo impacto negativo em toda a região Nordeste e, talvez de forma especial, na economia pernambucana, em certa medida porque era o Recife que sediava a Instituição. Tais impactos podem ser atribuídos, entre outros, à diminuição da demanda por muitos serviços técnicos especializados, como consultoria e assessoramento na elaboração de projetos e, no segmento do chamado turismo de negócios, afetando particularmente a rede hoteleira da capital do Estado.
- A estagnação da economia do País nas úl-

timas três décadas. O Nordeste e Pernambuco sempre acompanharam, com maior ou menor velocidade, os ciclos de crescimento da economia nacional. As três décadas perdidas enfrentadas pela economia brasileira (1980-2000) também explicam, sem dúvida, os baixos níveis de expansão da economia pernambucana e a manutenção de seus elevados índices de pobreza. Além do mais, o próprio fato de a região do Nordeste, como um todo, ter apresentado medíocres níveis de crescimento no período acima, também contribuiu para o mau desempenho pernambucano, tendo em vista que Pernambuco e os estados do Nordeste sempre apresentaram um forte grau de articulação - os estados dessa região sempre representando uma fonte de escoamento de crucial importância para a produção estadual.

- O desmonte do planejamento no Brasil. O dismantelamento das atividades de planejamento no País (não apenas, mas principalmente, com relação a políticas regionais), sobretudo durante as décadas de 80 e 90, decorreu, como é amplamente reconhecido, das profundas crises que o País sofreu, desde o final da década de 1970 (reduzindo a capacidade de ação do Estado Nacional), mas também da influência ideológica do princípio do Estado Mínimo e não interventor, principalmente advinda, da experiência, na época, dos Estados Unidos e do Reino Unido. O impacto da quase eliminação do planejamento, da crise do Estado Nacional e da marginalização das regiões, tanto no planejamento quanto em termos da expressiva redução da prioridade de políticas regionais, foi um fator contribuinte adicional para a manutenção do baixo dinamismo das economias menos desenvolvidas do País.

Os pontos acima destacados mostram que não há um único fator explicativo do declínio relativo da economia de Pernambuco na segunda metade do século passado, mas um variado e complexo conjunto de variáveis e circunstâncias. Embora cada um dos fatores acima assinalados tenha impactado a economia da Região, com diferentes intensidades, parece inegável concluir que o somatório de todas as questões discutidas tenha sido responsável por grande parte da deterioração rela-

tiva da economia pernambucana.

A despeito do quadro acima retratado, parece ser possível argumentar que a economia de Pernambuco está começando a iniciar um novo ciclo na história de seu crescimento, muito mais promissor e capaz de promover uma inflexão nos cenários futuros de sua economia.

A consideração desses novos fatores responsáveis por essas mudanças é o assunto da seção seguinte deste trabalho.

5 A exaustão dos efeitos adversos sobre a economia de Pernambuco e as perspectivas de um novo e sustentável ciclo de crescimento

- As páginas dos cadernos de economia dos jornais dos Estados do Nordeste e de jornais e revistas nacionais, além de dados para anos recentes das Contas Regionais do IBGE, vêm dando destaque ao fato de que a economia de Pernambuco está crescendo mais do que economia do País e mais do que a Economia da região Nordeste como um todo, e que esse acontecimento deverá continuar, e até acelerar, nos próximos anos. São várias as explicações para esse fato, mas uma das mais importantes é o grande crescimento da demanda agregada, principalmente através do aumento do consumo. É oportuno, numa discussão sobre o fenômeno do crescimento do consumo no Estado e na Região e do seu impacto sobre o crescimento do PIB, um breve questionamento das análises tradicionais, que mostram que o aumento do consumo tende, no longo prazo, a ser negativo sobre o crescimento do PIB, pois implica menos poupança e menos investimento no futuro. Embora, em princípio, essa proposição possa ser válida para a economia de um país como um todo, não é necessariamente válida para espaços subnacionais.
- Entre as diversas explicações do fenômeno do mais rápido crescimento do consumo na região Nordeste, destacam-se a talvez surpreendente redução do índice de fecundidade nacional (redução de 5,8 filhos por mulher, no ano de 1970, para menos de 1,8, ao final da década de 2000), fator que por si só teria sido capaz de elevar a renda mé-

dia da população; a rápida urbanização em décadas recentes; o sucesso das políticas de estabilização da moeda; os aumentos reais no salário mínimo; as aposentadorias rurais e urbanas para não contribuintes da previdência; os programas de transferência direta de renda para as populações mais pobres; e o aumento do crédito bancário. Todos esses fatores exerceram extraordinário impacto sobre a redução da pobreza no País como um todo e, sem dúvida, um impacto mais que proporcional, sobre a pobreza nordestina.

- As implicações do crescimento do consumo no Nordeste merecem uma consideração especial. Aumento do consumo implica crescimento do mercado, e crescimento do mercado traz novos atrativos para investimentos para atender a mercados crescentes. Quando isso ocorre, as dificuldades de um eficiente sistema de transportes, como é o caso no Brasil, podem constituir uma vantagem para uma região que vê o seu consumo (leia-se mercado) crescer a taxas mais elevadas que o resto do País.
- Apenas para ilustração, o presidente da Kraft Foods, em declaração recente aos jornais, afirmou que, no ano de 2000, a região Nordeste representava apenas 5% das vendas desse grupo empresarial. No ano de 2008, tal percentual já havia alcançado 15%, e o consumo da Região de seus produtos continuava crescendo a taxa maior que o dobro da taxa do País como um todo. Assim, o referido presidente justificou a instalação de uma grande unidade fabril no Nordeste. Há inúmeros outros exemplos de empresas, nacionais e estrangeiras, que estão se instalando no Nordeste porque o aumento do consumo na Região já justifica a instalação de uma fábrica, o que não acontecia antes, por questões de escala. Nas chamadas “novas” teorias do crescimento, incluindo os modelos da Nova Geografia Econômica, o papel do consumo (ou seja, do tamanho do mercado) é visto como uma das variáveis críticas para a emergência de um processo de despolarização industrial⁶. E a grande

questão é: mesmo com taxas de poupança e de investimento constantes, em nível nacional, é possível se ter uma evolução crescente na taxa de investimento em áreas do subespaço nacional, exatamente porque o mercado está crescendo mais neste espaço subnacional. Esta visão, um tanto keynesiana, está presente, há muitas décadas na literatura: a demanda cria a oferta (ao contrário da Lei de Say, na qual a oferta cria a demanda). O fenômeno do crescimento do consumo, a taxas mais elevadas no Nordeste, está contribuindo para a criação de um círculo virtuoso de desenvolvimento no Estado e em toda a Região.

- Na discussão sobre o crescimento da economia pernambucana e da região nordestina em anos recentes, uma questão importante é a contestação do argumento, comum entre muitos analistas do desenvolvimento regional brasileiro, de que políticas regionais devem respeitar as “vocações” naturais das regiões. Nas modernas teorias do crescimento econômico (especialmente nas teorias do crescimento endógeno, à la Romer e Lucas), assim como nas modernas teorias do comércio internacional (à la Krugman, entre outros), as vantagens comparativas ou competitivas de um país, ou de uma região, são mutáveis no tempo, e dependem, crucialmente, de decisões tomadas pelas sociedades, pelos governos e por seus empresários. Há inúmeros casos de países (como a Irlanda, a Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura, China, Vietnã e Índia, dentre muitos), que alteraram e continuam alterando, expressivamente, as bases de suas vantagens comparativas, através de políticas conscientes de promoção de seu desenvolvimento. Ou seja, as vantagens comparativas de um país ou de uma região são, no mundo moderno, social e politicamente construídas, e não mais dependentes de recursos naturais ou de aptidões particulares de suas populações. Muitos teóricos modernos assinalam que a experiência de muitos países recém-industrializados ou em processo de rápida industrialização (especialmente os asiáticos) sugere que a transformação dessas economias em grandes produtoras e exportadoras de manufaturados para os mercados

6 Uma resenha da literatura sobre as “novas” teorias do crescimento econômico é realizada por GALVÃO em trabalho recente (GALVÃO, 2010/2012).

mundiais, ocorreu através da produção de bens que não eram antes produzidos nesses países. Ou seja, de bens cuja produção não dependia de conhecimentos ou tradições pré-existentes, mas de conhecimentos que foram adquiridos ao longo dos processos de produção desses novos bens (LUCAS, 1988, 1993). Em resumo, nenhuma parte de um país está condenada a seguir as suas “vocações naturais”, porque essas não mais indicam, necessariamente, as únicas trajetórias possíveis, ou mesmo recomendáveis, de crescimento no longo prazo.

- Ainda dentro do contexto da discussão sobre as tendências recentes do desenvolvimento pernambucano e da Região vale destacar as características do “Novo Nordeste Industrial”, que parece estar surgindo no início deste novo milênio. Em grande parte, esse novo Nordeste industrial ainda está em instalação. São as refinarias (em Pernambuco, no Ceará, no Maranhão) as siderúrgicas, os estaleiros navais, os novos complexos petroquímicos, as indústrias na área farmacológica, a indústria automotiva (Ford, na Bahia, Fiat, em Pernambuco), os parques eólicos, e vários outros estabelecimentos fabris constantemente anunciados pelos governos dos estados (vários dos quais já em operação ou em construção). As cifras correspondentes aos investimentos desses empreendimentos, em construção, ou projetados, e das cadeias produtivas em início de implantação ou esperadas, certamente dão uma boa dimensão desse novo surto industrial. Nesse contexto, é importante fazer-se a comparação com o surto de industrialização vivido pela Região nos anos 60 e 70 do século passado, na época da “industrialização incentivada da SUDENE”, que não foi bem-sucedido. No momento presente, o tipo de indústria que está se instalando não é do tipo “indústrias de pés soltos” ou *foot loose*, como parece ter sido no caso das décadas 60-80 (em grande parte montadoras de bens duráveis e não duráveis de consumo), mas sim indústrias que vêm para ficar, e que, em grande maioria, estão vindo para atender a uma demanda real, que decorre da expansão do mercado da própria Região, de novas e ousadas políticas de incentivos fiscais esta-

duais, dos investimentos em infraestrutura na Região (portos, aeroportos, ferrovias, transposição de águas do Rio São Francisco) e, ainda em alguns casos, das decisões, em nível federal, voltadas para conter o processo de extrema concentração industrial no País. Por outro lado, vale a pena levar em conta outro aspecto de grande relevância: o fato de o desenvolvimento de cada estado da região Nordeste provocar externalidades positivas sobre o desenvolvimento de outros estados do Nordeste. Há evidências teóricas e empíricas que mostram que regiões vizinhas tendem a se beneficiar mais da instalação de grandes empreendimentos, ou de um surto industrial ocorrido em alguma área do espaço regional, do que territórios mais distantes. Assim, embora a disputa por investimentos seja legítima entre os estados (parte do fenômeno chamado de “guerra fiscal”), é importante ter em mente que, começado um novo ciclo de desenvolvimento em algumas áreas do espaço regional, as economias de outros estados podem também se beneficiar, através do incentivo à atração de empresas para fornecerem insumos e serviços a grandes empreendimentos instalados em outras unidades da federação.

- O papel da educação merece uma consideração especial. Há uma posição generalizada entre alguns analistas regionais e *policy makers* nacionais de que a industrialização no Nordeste é inviável, em decorrência de seus baixíssimos níveis educacionais e da inexistência de mão de obra qualificada. O argumento sobre o problema da educação no Nordeste está correto, mas não o da relação entre educação e industrialização. Há hoje uma nova visão entre muitos teóricos do crescimento, de que sem educação o crescimento não é possível, mas que sem crescimento os investimentos em educação podem ser inúteis (EASTERLY, 2004, dentre tantos). Em resumo: educação e crescimento têm de vir juntos. Nesse contexto, muitos estudos teóricos e empíricos mostram que a acumulação do capital humano é a grande fonte do crescimento e que a expansão da escolarização exerce influência crucial no desempenho futuro de uma economia. Por outro lado, tais estudos também mostram

que o treinamento no trabalho (*on-the-job training* ou *learning-on-the job*) é, em tempos modernos, a maior fonte de acumulação do capital humano (ROMER, 1986; LUCAS, 1988). Assim, o problema do baixo nível préexistente da escolarização e da deficiência de mão de obra qualificada, pode ser resolvido durante o processo de crescimento (como teria ocorrido nos países do Sudeste Asiático, e está ocorrendo em vários outros países, inclusive na China), através de ações conjuntas das próprias empresas, do firme apoio dos governos (centrais, estaduais e municipais), de certas entidades formadoras de mão de obra (como o Sistema S, no Brasil), de instituições de pesquisa e de universidades públicas e privadas. Esse é o caso, também, de muitos estados nordestinos, com particular destaque para a experiência pernambucana, tanto com respeito ao polo de confecções do Agreste, e ao polo de hortifruticultura irrigada, quanto ao complexo industrial portuário de Suape e a projetos em outras áreas do Estado, como o da Hemobrás e da montadora Fiat.

- Outro ponto muito importante a discutir, no caso de Pernambuco e do Nordeste, é o do próprio papel da industrialização. É comum ouvir-se o discurso de muitos analistas brasileiros, de que nas sociedades contemporâneas é o setor de serviços o motor do crescimento econômico e que no Nordeste as suas “vocações naturais” sinalizariam para o desenvolvimento do turismo e da agricultura irrigada. O turismo no Brasil não é, e não será tão cedo, uma fonte importante de crescimento por vários motivos óbvios, dentre os quais se destaca a falta de segurança pública. No caso particular de muitos estados do Nordeste, essa atividade tem-se desenvolvido sem gerar grandes impactos sobre o emprego e a renda, em vista do confinamento dos turistas (tanto de brasileiros, quanto de estrangeiros), em *resorts* de luxo. A agricultura irrigada também é uma atividade confinada a espaços limitados da Região e cada vez mais intensiva em capital. Numa perspectiva mais geral, pode-se postular o fato, não claramente percebido por muitos formuladores nacionais de políticas regionais, de que a região Nordeste

apresenta uma óbvia desvantagem comparativa em relação à agricultura. Com mais de dois terços de seu território inseridos no semiárido – uma área permanentemente submetida a forte estresse hídrico e sob regime de grande irregularidade de chuvas – as vantagens comparativas do Nordeste estão definitivamente na indústria (e nos serviços gerados pela atividade industrial), e não na agricultura. Ademais, as evidências mostram que o setor industrial ainda é, nos países emergentes, o grande motor do crescimento, e que somente em algumas economias maduras (como nos Estados Unidos e no Reino Unido), que sofreram um forte processo de desindustrialização nas últimas décadas, o setor de serviços (sobretudo o financeiro) constitui a parte dinâmica de suas economias. Por fim, é sempre bom lembrar uma constatação de Krugman (1991, 1995): que a concentração da produção depende essencialmente de externalidades geradas pela demanda (ou seja, pelo tamanho do mercado); que indústrias manufatureiras tendem a se localizar onde o mercado é maior; e que o mercado é maior onde as indústrias se localizam.

- Uma questão final, também de fundamental importância para o desenvolvimento de Pernambuco e da região Nordeste, diz respeito à natureza do regime político ora em vigor no Brasil, no caso especificamente, o problema do federalismo e as mudanças que serão necessárias para a efetiva materialização de uma eficaz política de desenvolvimento regional. No Brasil, historicamente, sempre predominou um tipo de federalismo fortemente desigual (e sem qualquer sentimento de solidariedade territorial), no qual algumas regiões exercem maior capacidade de extrair do governo central uma maior fração dos recursos públicos, na forma de gastos correntes, de investimentos em infraestrutura e de empréstimos de entidades financeiras federais. O fenômeno das “guerras fiscais”, tão condenado pelas regiões mais ricas do País (embora não tanto pelas mais pobres), reflete, sem dúvida, o vazio deixado pela União no seu trato com os estados menos desenvolvidos, e a natureza do federalismo fortemente assimétrico que opera no Bra-

sil. A reforma tributária, em discussão no Congresso, e a distribuição dos *royalties* do Pré-sal, por exemplo, são temas urgentes e que deverão exercer impactos profundos nas trajetórias futuras do desenvolvimento brasileiro.

6 Projeções de crescimento para o estado de Pernambuco

6.1 Preliminares

Esta seção objetiva realizar algumas projeções para o crescimento futuro da economia do estado de Pernambuco.

É importante assinalar, de início, que todo o esforço prospectivo a ser desenvolvido a seguir, terá um caráter inteiramente indicativo e será realizado com a certeza de que os resultados obtidos deverão sofrer mudanças profundas no longo tempo compreendido pelo período em projeção.

Considerando-se as dificuldades que cercam as projeções de crescimento para o futuro, este trabalho procurará realizar não uma única projeção, mas várias, levando em conta diferentes cenários.

As projeções a seguir utilizarão procedimentos muito simples, mas que serão capazes de servir como base para a construção de diversos cenários prospectivos. Tais projeções se respaldam em dados consistentes, em parte considerando-se o desenvolvimento da economia pernambucana em seu passado mais próximo, e em parte reconhecendo-se que a economia do Estado está passando por profundas transformações na sua estrutura produtiva, em virtude dos vários projetos de investimentos estruturadores que estão em curso. Tais projeções considerarão diversos cenários, variando de pessimistas a otimistas, mas todos baseados em situações possíveis, embora com probabilidades bastante diferenciadas.

Uma consideração de crítica importância na determinação desses cenários resulta do simples fato de que o crescimento futuro de uma unidade da federação brasileira – independentemente de qualquer mudança endógena que venha a ocorrer nessa unidade – depende fortemente do crescimento futuro da economia do País. A experiência dos últimos trinta a quarenta anos mostra, de forma inquestionável, a estreita correlação entre o crescimento da economia das regiões e de seus estados e

o crescimento da economia nacional. O Nordeste e Pernambuco, por exemplo, cresceram a taxas muito elevadas, quando foi elevado o crescimento do PIB nacional, e desaceleraram seu ritmo de expansão quando o país passou a crescer a taxas muito modestas.

A explicação desse fenômeno é bastante simples: decorre do tamanho e do caráter de continentalidade da economia nacional e do pequeno grau de dependência do crescimento nacional em relação ao comércio internacional (ou seja, da ainda bastante reduzida abertura da economia do País ao exterior). À exceção de algumas áreas com elevado grau de especialização agrícola e de algumas poucas firmas industriais, a grande maioria da produção realizada no Brasil é destinada, majoritariamente, ao mercado interno. Assim, somente se uma unidade da federação passasse a implantar, em seu território, atividades de grande porte do tipo “plataformas de exportação” – à la Coréia do Sul ou à la China, por exemplo – o crescimento futuro dessa unidade poderia se desatrelar do crescimento nacional e passar a depender, de forma crucial, das exportações para o mercado externo.

Este, definitivamente, não é o caso do Nordeste, nem de Pernambuco, que têm suas economias ainda menos articuladas ao comércio exterior do que à própria economia nacional. E nem será o caso de Pernambuco no futuro (pelo menos nos próximos 15 anos, com certeza), com as suas novas plantas industriais em instalação ou projetadas, para o período considerado aqui para a construção dos cenários prospectivos.

Tomem-se, como exemplo, quatro unidades de grande porte em implantação em Pernambuco: a refinaria, os estaleiros, o complexo petroquímico de Suape, e o polo automotivo. Embora todas possam revelar expressivo potencial exportador (para o exterior do País) incluindo as cadeias produtivas que podem derivar dessas unidades, será o mercado doméstico o destino predominante da produção dessas unidades, pelo menos nas próximas duas décadas. Isto, em virtude do fato, de conhecimento geral, de que a cadeia petroquímica no País ainda é responsável por volumosas importações do exterior, para atender à demanda doméstica insatisfeita; de que os navios e as plataformas de exploração de petróleo deverão atender a uma forte carência desses produtos da parte da Petrobrás; e de que a produção de veículos da FIAT, como no caso de todas as outras montadoras no País, também deverão

atender, preferencialmente, ao mercado interno.

Infere-se, assim, que o surto de industrialização que o estado de Pernambuco sofrerá nas próximas duas décadas não será do tipo induzido por exportações (para o exterior do País, enfatize-se aqui), mas sim essencialmente induzido por substituição de importações – ou seja, pela produção de bens voltados para os mercados regional e nacional, embora a geração de algum excedente exportável possa ser possível.

Todavia, mais vantagem do que desvantagem poderá advir desse cenário. Do ponto de vista de uma unidade da federação, e, sobretudo de uma de pequeno peso no agregado nacional, não importa o destino da sua produção – se para o exterior do País ou para o mercado doméstico. O importante é a existência da garantia de mercado para colocação da produção da unidade federada em consideração. E este sem dúvida será o caso de Pernambuco. A este propósito é bom lembrar, que a garantia de mercado se reveste de enorme significação, pois foi exatamente a perda de mercados nos, pelo menos 50 anos, da história econômica passada do estado de Pernambuco o principal responsável pelo declínio relativo de sua economia, como foi argumentado em outras seções deste trabalho.

6.2 Os Cenários e as trajetórias de crescimento para o PIB de Pernambuco até 2020

O exercício de cenarização do crescimento do PIB de Pernambuco até o ano de 2020 considerará seis projeções, acompanhadas de breves comentários e apresentadas no gráfico 4.1 e nas tabelas 4.1 a 4.3, anexas a este trabalho.

CENÁRIO I (C1) – Crescimento do PIB de Pernambuco no período 2003 a 2020, equivalente às taxas observadas no período 1970-2002, ou seja, 3,8% ao ano. Este cenário, o mais pessimista de todos, é pouco provável de ocorrer. Independentemente da instalação no Estado de grandes projetos de investimentos, dificilmente a economia pernambucana repetiria o desempenho das últimas três décadas, continuando a registrar a menor taxa de crescimento dentre todos os estados no Nordeste. O argumento para a não ocorrência deste cenário baseia-se na hipótese levantada na seção anterior deste capítulo, de que já se encontram esgotados praticamente todos os determinantes principais, que teriam sido responsáveis pela perda

de dinamismo da economia do Estado no período 1970-2002.

CENÁRIO II (C2) – Crescimento do PIB de Pernambuco no período 2003-2020 igual ao das taxas observadas para a economia da região Nordeste no período 1970-2002, ou seja, 4,5% ao ano. Considerando-se o medíocre desempenho da economia pernambucana nas últimas três décadas, o Estado teria de realizar um esforço adicional para aumentar o crescimento do seu PIB de tão somente 0,7 ponto percentual ao ano, para igualar-se à média do crescimento observada para a região Nordeste como um todo. Supondo-se, mais uma vez, que a economia do estado de Pernambuco teria sido afetada, de forma desproporcionalmente mais intensa, do que os outros estados da Região, por eventos adversos ocorridos no período 1970-2002, infere-se daí, que uma pequena recuperação da economia estadual tornaria possível equalizar o padrão de crescimento do Estado com o do Nordeste, estancando o processo de perda relativa que Pernambuco vem registrando desde longas datas.

CENÁRIOS III e IV (C3 E C4) – Crescimento do PIB de Pernambuco no período 2003-2020 igual ao das taxas observadas para as economias do estado do Ceará e da Bahia, ou seja, 4,7% e 4,8% ao ano, respectivamente. O crescimento dos estados do Ceará e da Bahia tem servido de comparação com o de Pernambuco, nas últimas décadas, como um símbolo do sucesso desses dois estados e de fracasso para o último. Melhores governos, nos dois primeiros, que teriam possibilitado a criação um clima mais favorável para a atração de novos investimentos; e a adoção de políticas mais ousadas de incentivos fiscais nesses estados, em confronto com uma relativa inabilidade pernambucana na gestão de seus recursos públicos, e de promoção de iniciativas privadas, têm constituído o argumento principal a explicar a assimetria no desempenho entre os três estados nordestinos. Mesmo se considerados verdadeiros muitos dos argumentos usualmente levantados, parece já haver um crescente consenso de, primeiro, ter havido um certo exagero na explicação das causas fundamentais das diferenças de desempenho de longo prazo dos mencionados estados da Região e, segundo, de que há muito tempo, as diferenças apontadas não mais constituiriam um determinante presente na economia pernambucana, capaz de permitir a permanência, para as próximas duas décadas, dos mesmos fatores que estariam na

raiz dos desempenhos diferenciados entre os três estados. De toda sorte, é importante levar em conta que, considerando-se os fatores endógenos, de caráter puramente econômico, responsáveis pelo relativo declínio da economia pernambucana (especialmente da sua indústria) e alguns determinantes de caráter negativo ligados à esfera institucional, os diferenciais de crescimento dos PIBs dos três estados nordestinos não teriam sido bastante expressivos: no período 1970-2002, a economia do estado do Ceará teria crescido 1,0 ponto percentual, ao ano, e a da Bahia 0,9, ao ano mais do que Pernambuco – Estado que teria sofrido uma série de eventos adversos, acima já mencionados, em confronto com um padrão de crescimento virtuoso tão louvado na literatura comparativa entre os três estados da Região.

Os dois cenários aqui desenhados, portanto, seriam consistentes e possíveis, embora, reconheça-se, não tão otimistas, considerando-se as profundas mudanças de rumo que deverão ocorrer na economia pernambucana neste final de década e na próxima, pelas razões que serão assinaladas no desenvolvimento dos dois últimos cenários descritos a seguir.

CENÁRIOS V e VI (C5 E C6) – Crescimento do PIB de Pernambuco no período 2002-2020 a taxas que corresponderiam a uma mudança na participação do VTI observado do Estado, de 17%, no ano de 2000, para uma participação de 30%, no Cenário V, e para 35%, no Cenário VI, no ano de 2020. Esses dois cenários partem de várias hipóteses simplificadoras, mas consistentes com os argumentos que serão a seguir desenvolvidos. Ademais, tais cenários, embora mais otimistas do que as trajetórias projetadas para os quatro cenários anteriores, não são excessivamente otimistas, por projetarem taxas de crescimento para a economia pernambucana, ainda relativamente modestas e, portanto, muito aquém do que poderia de fato vir a acontecer, caso as mudanças previstas para Pernambuco e o Nordeste venham acompanhadas de alterações também esperadas para a economia nacional.

As hipóteses adotadas para a obtenção dos dois cenários acima sugeridos são as seguintes:

- Todos os demais setores da economia do Estado manterão as suas taxas históricas de crescimento observadas no período 1970-2002: a agricultura, os serviços e os outros três segmentos do setor industrial (segundo

classificação do IBGE: Indústria Extrativa Mineral, Indústria da Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública). Isso significa dizer que somente as atividades econômicas correspondentes ao que o IBGE chama de Indústrias de Transformação serão responsáveis pela **aceleração** do crescimento da economia pernambucana.

- A mudança no perfil da estrutura produtiva do estado de Pernambuco, provocada pela aceleração de seu VTI, e consequente aumento de sua participação na formação do PIB do Estado, implicará, no Cenário V (aumento de 17% para 30%), uma redução da participação da agricultura de aproximadamente 7,4% (em 2000) para cerca de 5,3% (em 2020); a quase manutenção da participação dos outros três segmentos da atividade industrial (que permanecerá no entorno de 16%); e uma expressiva redução da participação do setor de serviços, de quase 58% para cerca de 48%.
- Considerando-se o Cenário VI (aumento de participação no VTI do Estado de 17% para 35%), as mudanças na participação dos outros setores serão as seguintes: a agricultura declinará a sua contribuição para pouco menos de 5% (em relação aos 7,4%, de 2000); os outros três segmentos da indústria experimentarão um leve declínio de pouco mais de 17,5% (no ano de 2000) para cerca de 15,5%; e o setor de serviços reduzirá, ainda mais, a sua participação, passando a contribuir, no ano de 2020, com 44,6% para a formação do PIB do Estado (em relação aos quase 58% do ano de 2000).

Observe-se que as mudanças a serem provocadas pela aceleração do crescimento das indústrias de transformação no Estado são consistentes e realistas, quando apreciadas por pelo menos três dimensões:

- a) Primeiro, porque a elevação da contribuição do VTI pernambucano de 17% para 30%, no Cenário V, e para 35%, no Cenário VI, levaria a participação do conjunto das indústrias de transformação do Estado a um patamar que seria ainda inferior aos 38% do que essas indústrias registravam, em Pernambuco, no ano de 1970. Esses dois cenários, portanto, promoveriam tão

somente uma recuperação de uma parte do setor industrial do Estado, que voltaria a ter uma participação na formação do PIB de Pernambuco ainda menor do que aquela apresentada há cerca de três décadas passadas - uma trajetória de crescimento bastante plausível, levando-se em conta o grande volume de novos investimentos previstos para este segmento da indústria pernambucana até o ano de 2020.

- b) Segundo, porque a mudança prevista para Pernambuco, em ambos os cenários, promoverá a obtenção de uma trajetória de crescimento mais próxima da de um Estado da Região, o da Bahia, que teve no seu polo petroquímico o grande fator de alteração de sua matriz produtiva. Vale observar, a esse respeito, que o VTI baiano, consensualmente impulsionado pelas suas indústrias petroquímicas, passou de uma participação de somente 27%, no ano de 1970, para 44%, em 2002. A previsão de trajetórias que conduzirão Pernambuco a uma participação de seu VTI para 30 ou 35% de seu PIB, até o ano de 2020, parece, por consequência, também bastante plausível, deixando ainda uma margem expressiva de avanço em confronto com a experiência vivenciada pelo vizinho estado nordestino.
- c) Terceiro, porque é de se esperar que o crescimento da economia do Estado passe a ser liderado, a partir desta e da próxima década, pela Indústria de Transformação. Sem obviamente desprezar a importância do Setor de Serviços, que continuará exercendo papel crucial no desenvolvimento do Estado, é forçoso reconhecer que a liderança desse setor em grande parte compensou o pouco dinamismo da indústria e que esse papel de liderança teria sido o resultado do processo de desindustrialização sofrido pela economia pernambucana, manifestado, sobretudo pela atrofiação de seu segmento da Indústria de Transformação. Ressalte-se, a esse respeito que, com os novos investimentos em implantação no estado de Pernambuco, uma nova estrutura produtiva resultará, que deverá ser tanto mais próxima do padrão que este Estado apresentou em passado recente, quanto do

vizinho estado da Bahia – onde a participação do Setor de Serviços, graças à presença de um forte setor industrial, não chegou a superar uma contribuição de 37% ao seu PIB, no ano de 2002, em confronto com os quase 58% do que ocorreu com Pernambuco, no mesmo ano.

- d) É importante assinalar que as taxas do crescimento pernambucano projetadas para os mais otimistas Cenários V e VI – de 5,2% e 5,6% ao ano, para o período 2003 a 2020 – se são elevadas em confronto com as do Cenário I (o mais pessimista, com crescimento igual ao das taxas observadas para o período 1970-2002, ou seja, 3,8% ao ano), não seriam tão elevadas quando confrontadas com as observadas para o mesmo período passado para o Nordeste (4,5%), para a Bahia (4,7%) e para o Ceará (4,8%), levando-se em conta a expectativa de que tanto a economia da região Nordeste, quanto a do País como um todo, venham a exibir um melhor desempenho na segunda metade da década de 2000.

7 Conclusões

À guisa de conclusão, três últimas reflexões são apresentadas, como fundamentais para a materialização de trajetórias mais otimistas para o crescimento pernambucano.

A primeira centra-se na necessidade de que a economia brasileira venha a se libertar, em futuro próximo, dos obstáculos que nos dias atuais ainda se apresentam para o seu retorno a um crescimento sustentado de longo prazo. A esse respeito, constituem questões consensuais que a melhoria na qualidade dos gastos públicos, a continuidade da expansão das exportações, a redução das taxas de juros e a retomada dos investimentos em infraestrutura econômica e social, são condições mínimas necessárias para propiciar a retomada do crescimento da economia nacional. Em virtude da histórica correlação positiva entre o crescimento do PIB brasileiro e o da região Nordeste e do estado de Pernambuco, o sucesso ou o fracasso da retomada do desenvolvimento nacional afetará de forma crítica as trajetórias projetadas para o estado de Pernambuco. Neste sentido, não parece restar dúvidas de que os cenários projetados para o crescimento futuro de Pernambuco poderão, tanto

se aproximar daqueles mais pessimistas, quanto ultrapassar, em muito, os mais otimistas, caso a economia brasileira venha a recuperar a sua capacidade de crescimento ou, ao contrário, a repetir o fraco desempenho registrado nas últimas décadas.

A segunda reflexão diz respeito aos novos projetos denominados de estruturadores (ou reestruturadores) em implantação na economia pernambucana. De início, vale assinalar que praticamente todos os grandes investimentos implantados, em implantação e previstos (caso especial do complexo FIAT) para o Estado têm, em princípio, um caráter fortemente germinativo. A grande questão que se coloca é a de se essa capacidade potencial irá efetivamente produzir os efeitos de transbordamento previstos e esperados. Uma refinaria de petróleo, por exemplo, ou um estaleiro, ou ainda mais um complexo automotivo, possuem um enorme potencial de geração de impactos, tanto a montante quanto a jusante dessas atividades. Mas, também em princípio, nada é absolutamente garantido que de uma refinaria resulte uma densa cadeia produtiva de derivados de petróleo, nem que um estaleiro, ou uma fábrica automotiva, por si só, irão atrair ou dinamizar um vasto número de outras unidades produtivas fornecedoras de insumos e serviços a essas grandes unidades. Embora seja consensual, entre membros do governo e lideranças empresariais do Estado, que os empreendimentos mencionados e outros em implantação ou em fase de negociação, alterarão profundamente a matriz produtiva da economia pernambucana, os impactos desses investimentos poderão ser enormemente magnificados caso venham a gerar, no próprio Estado ou em estados vizinhos no Nordeste, um diversificado número de outras atividades produtivas. Entrevistas realizadas pelo autor deste trabalho com autoridades do governo, e as inúmeras declarações na mídia local de lideranças empresariais, acadêmicas, técnicas e políticas do Estado, manifestam com clareza essa preocupação, expressando a imperiosa necessidade da mobilização de esforços em múltiplas direções para a concretização dos impactos indiretos dos grandes investimentos.

A terceira reflexão, talvez menos óbvia, mas por certo de vital importância, centra-se na necessidade do fortalecimento e da revitalização das atividades tradicionais já existentes no Estado. O argumento aqui apresentado é o de que por maiores que sejam os novos investimentos em implan-

tação no Estado (muitos altamente intensivos em capital, como é a tendência da industrialização contemporânea), tais empreendimentos, direta e indiretamente, representarão ainda nas próximas duas décadas ou mais, apenas uma fração do total das atividades produtivas já existentes na economia pernambucana. Neste sentido, deve fazer parte de qualquer estratégia de desenvolvimento futuro para o Estado, uma clara preocupação com os demais segmentos da economia estadual, promovendo-se o seu fortalecimento, em alguns casos, e a recuperação, em outros e conferindo-se uma atenção constante voltada para o *upgrade* tecnológico dessas atividades. A recuperação do setor sucroalcooleiro em Pernambuco, por exemplo, será capaz de exercer impactos sobre o emprego, a massa salarial e a arrecadação de tributos ainda de expressiva magnitude. O polo de vestuário e de confecções do agreste é outro exemplo: constituído por dezenas de milhares de empresas em mais de dez municípios pernambucanos, este *cluster* emprega cerca de 100 mil pessoas, e apresenta um grande potencial ainda para crescer. Um vasto número de atividades econômicas tradicionais espalhadas por todo o espaço pernambucano, da Região Metropolitana, da Zona da Mata e das mais remotas áreas dos sertões, e pertencentes aos mais diversos setores - da agricultura, à indústria e aos serviços - ainda representa e continuará a representar por muitas décadas as atividades dominantes na formação do PIB pernambucano. Por sua vez, a existência e expansão de muitas dessas atividades darão viabilidade a vários outros grandes projetos programados para a Região Nordeste, como o da Transposição de Águas da Bacia do Rio São Francisco e da Ferrovia Transnordestina.

Em síntese, é possível afirmar que a materialização das trajetórias de crescimento da economia de Pernambuco para o futuro se assentará em três grandes condicionalidades:

- Na retomada do crescimento da economia brasileira e da região Nordeste;
- Na potencialização dos impactos dos novos projetos industriais e de infraestrutura, incluindo grandes investimentos em educação e formação de mão de obra; e
- No fortalecimento das atividades produtivas já existentes em todo o espaço pernambucano.

Referências

- ALBUQUERQUE, R. C. **Nordeste: sugestões para uma estratégia de desenvolvimento.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002.
- _____. **Modernização e desenvolvimento: a vez do Nordeste.** (Xerox de trabalho a ser publicado), 2010.
- AMARAL, L. **História geral da agricultura brasileira: no tríptico aspecto político-social-econômico.** 2. ed. 2 v. São Paulo: Ed. Nacional, 1958.
- BARROS, S. **A década dos 20 em Pernambuco: uma interpretação.** Rio de Janeiro: Gráfica Editora Acadêmica Ltda, 1972.
- COOKE, M. L. **Brazil on the march: study in international cooperation (reflections on a Report of the American Technical Mission.** New York: Whittlesey House; Mcgraw-Hill Book Co., 1944.
- DE CARLI, G. **O processo histórico do açúcar em Pernambuco.** Rio de Janeiro: Ponjetti Editores, 1942.
- DE CARLI, G. **Açúcar amargo.** Recife: Cia Editora de Pernambuco, 1982.
- DENSLOW, JR. D. A. **Sugar production in Northeastern Brazil and Cuba, 1858-1909.** PhD. Dissertation, Yale University, 1974.
- DUNCAN, J. S. **Public and private operation of railways in Brazil.** New York: Columbia University Press, 1932.
- EASTERLY, W. R. **O espetáculo do crescimento.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- EISENBERG, P. L. **The sugar industry in Pernambuco: modernization without change, 1840-1910.** USA: University of California Press, 1974.
- FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.
- GALVÃO, O. J. A. **Políticas regionais na União Europeia e lições para o Brasil.** 2010, 1ª impressão; Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1ª reimpressão, 2012.
- _____. **Pernambuco no contexto mundial, nacional e regional.** Projeto Pernambuco 2020. Recife, PE: Governo de Pernambuco, 2005a. (divulgado em CD).
- _____. **Pernambuco: Comércio inter-regional e internacional.** Projeto Pernambuco 2020. Recife, PE: Governo de Pernambuco, 2005b. (divulgado em CD).
- _____. Comércio interestadual por vias internas e integração regional no Brasil: 1943-69. **Rev. Bras. Econ.,** Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 523-558, out.-dez. 1999a.
- _____. Unequal federalism and regional inequalities; the case of the coffee policies in Brazil. **International Journal of Social Economics,** London, v. 26, n. 7/8/9, p. 1162-1185, 1999b.
- _____. Federalismo desigual, políticas cafeeiras e equilíbrio espacial paretiano. **R. Econ. contemp.,** Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 47-77, jul.-dez. 1999c.
- _____. Regiões Sul e Nordeste: um estudo de desenvolvimento regional comparado. In: GALVÃO, O. J. A. (Org.). **Ensaio de Economia.** Recife, PE: Recife Gráfica Editora, 1997. (PIMES 30 anos).
- _____. Concentração industrial no Brasil segundo os Censos 1907-1980. **Análise Econômica,** Porto Alegre, v. 9, n. 15, p.143-181, mar. 1991.
- _____. **Regional development in Brazil: a study of economic integration in an unevenly developed country.** Tese Doutoral, University College London, University of London, 1988.

GALVÃO, O. J. A. A interação regional: um estudo dos efeitos da integração econômica e do comércio sobre as desigualdades regionais. In: Universidade Federal de Pernambuco. **Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro** v. 1. Recife: PIMES, SUDENE; Brasília: IPEA, 1984. 4 v.

GALVÃO, O. J. A.; VERGOLINO, J. R. **O comércio e a inserção competitiva do Nordeste no exterior e no Brasil**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

GOMES, G. M.; VERGOLINO, J. R. **Desenvolvimento regional, com especial referência ao Nordeste**. Brasília: IPEA, Brasília, 2010. (Texto para Discussão).

HUGGINS, M. K. **From slavery to vagrancy in Brazil: crime and social control in the third world**. , New Jersey: Rutgers University Press, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contas Regionais, 2003-2006**. 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 nov. 2008.

_____. **Contas Regionais, 2003-2007**. 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: ago. 2010.

_____. **Censo Industrial do Brasil, 1950**. Brasília: IBGE, 1950.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Contas regionais, 2000-2004**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 13 fev. 2009.

KRUGMAN, P. **Development, geography, and economic theory**. Cambridge: MIT Press, 1995.

_____. **Geography and trade**. Cambridge: MIT Press, 1991.

LEVINE, R. M. **Pernambuco in the Brazilian Federation, 1889-1937**. Stanford: Stanford University Press, 1978.

LIMA, J. P. R. Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas. **Análise**

Econômica, Porto Alegre, v. 12, n. 21 e 22, p. 55-73, mar e set. 1994.

LIMA, J. P. R.; KATZ, F. A economia de Pernambuco: perda de dinamismo e a necessidade de buscar caminhos possíveis. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 9, n.1, p. 41-64, jan.-jun. 1993.

LUCAS, R. E. Making a miracle. **Econometrica**, v. 61, n. 2, p. 251-272, mar. 1993.

_____. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, North-Holland, v. 22, p. 3-42, 1988.

MONTEIRO NETO, A. **Desenvolvimento regional ou crise: políticas econômicas liberais e restrições à intervenção estatal no Brasil dos anos 90**. 308 f. 2005. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)-Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.

PIMES-UFPE. **Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro**. 4 v. Recife: PIMES, 1984.

PINTO, E. **História de uma estrada de ferro no Nordeste**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1949.

ROMER, P. M. Increasing returns and long-run growth. **The Journal of Political Economy**, v. 94, n. 5, p. 1002-1037, oct. 1986.

STEIN, S. J. **The Brazilian cotton manufacture: textile enterprises in an underdeveloped area, 1850-1950**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1957. (Studies in Entrepreneurial History).

TRUDA, L. **A defesa da produção açucareira**. Rio de Janeiro: IAA, 1971[1934]. (Coleção Canavieira, 6).

VERGOLINO, J. R.; MONTEIRO NETO, A. **A economia de Pernambuco no limiar do século XXI: desafios e oportunidades para retomada do desenvolvimento**. Recife: Editora Bagaço, 2002.

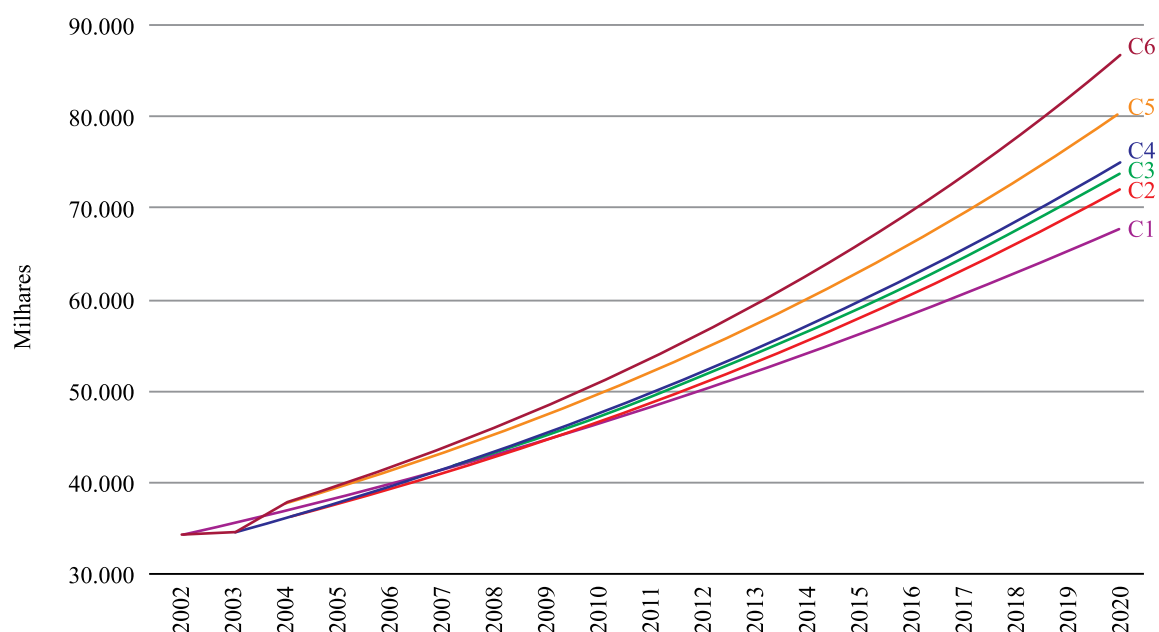
VILLARIN DE SIQUEIRA, T. **Expansão e estagnação do transporte ferroviário no Nordeste brasileiro no período 1858-1940**. 182 p. 1991. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Federal de Pernambuco, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Recife, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WORLD BANK. **Global Monitoring Report 2005**. Millennium development goals: from consensus to momentum. Washington, DC: The World Bank, 2005.

ANEXOS

Gráfico 4.1 – Pernambuco Cenários de crescimento do PIB, 2003-2020. Em milhares de US\$ PPP



Fonte dos dados básicos para projeção: IBGE. Contas Regionais do Brasil, diversos anos (IBGE, 2006); IBGE. Contas Nacionais do Brasil, diversos anos (IBGE, 2007); World Bank (2005).

Cenário I (C1) - Elaborado com base na taxa média de crescimento de Pernambuco no período 1970- 2002

Cenário II (C2) - Idem para o Nordeste no período 1970-2002.

Cenário III (C3) - Idem para a Bahia no período 1970-2002.

Cenário IV (C4) - Idem para o Ceará no período 1970-2002.

Cenário V (C5) - Elaborado com base na projeção anual de crescimento do VTI, correspondendo a 30% do valor do PIB em 2020.

Cenário VI (C6) - Elaborado com base na projeção anual de crescimento do VTI, correspondendo a 35% do valor do PIB em 2020.

Tabela 4.1 – Pernambuco – PIB estadual no ano de 2020, segundo cenários de crescimento Valores em US\$ PPP mil

Cenários	2002	2020	Cresc. Anual 2002/2020
C1	34.339.301	67.687.947	3,8
C2	34.339.301	75.467.465	4,5
C3	34.339.301	78.627.432	4,7
C4	34.339.301	80.356.058	4,8
C5	34.339.301	85.632.512	5,2
C6	34.339.301	91.581.814	5,6

Fonte: Contas Nacionais do Brasil, diversos anos (IBGE, 2006); Contas Regionais do Brasil, diversos anos (IBGE, 2007); World Bank (2004).

Tabela 4.2 – Pernambuco - Evolução na participação setorial no PIB, a partir de projeções de crescimento, 2002-2020

PARA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE 30% NO PIB					
Anos	Setores				
	Total	Agropecuária	Restante Ind.	Indústria Transf.	Serviços
2000	100	7,4	17,5	17,4	57,7
2001	100	7,3	18,3	19,0	55,4
2002	100	8,4	16,3	18,8	56,5
2003	100	8,2	16,4	19,3	56,1
2004	100	8,0	16,4	19,9	55,7
2005	100	7,8	16,5	20,4	55,3
2006	100	7,6	16,5	21,0	54,9
2007	100	7,4	16,5	21,6	54,5
2008	100	7,3	16,6	22,2	54,0
2009	100	7,1	16,6	22,8	53,6
2010	100	6,9	16,6	23,4	53,1
2011	100	6,7	16,7	24,0	52,6
2012	100	6,5	16,7	24,6	52,2
2013	100	6,4	16,7	25,3	51,7
2014	100	6,2	16,7	25,9	51,2
2015	100	6,0	16,7	26,6	50,7
2016	100	5,9	16,7	27,2	50,2
2017	100	5,7	16,7	27,9	49,6
2018	100	5,6	16,7	28,6	49,1
2019	100	5,4	16,7	29,3	48,6
2020	100	5,3	16,7	30,0	48,0

Fonte dos dados básicos para projeção: Contas Nacionais do Brasil, diversos anos (IBGE, 2006); Contas Regionais do Brasil, diversos anos (IBGE, 2007); World Bank (2004).

Tabela 4.3 – Pernambuco - Evolução na participação setorial no PIB, a partir de projeções de crescimento, 2002-2020

PARA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE 35.% NO PIB					
Anos	Setores				
	Total	Agropecuária	Restante Ind.	Indústria Transf.	Serviços
2000	100	7,4	17,5	17,4	57,7
2001	100	7,3	18,3	19,0	55,4
2002	100	8,4	16,3	18,8	56,5
2003	100	8,2	16,3	19,5	56,0
2004	100	8,0	16,3	20,3	55,4
2005	100	7,7	16,3	21,1	54,9
2006	100	7,5	16,3	21,8	54,3
2007	100	7,3	16,3	22,7	53,7
2008	100	7,1	16,3	23,5	53,1
2009	100	6,9	16,3	24,4	52,5
2010	100	6,7	16,2	25,2	51,8
2011	100	6,5	16,2	26,1	51,1
2012	100	6,3	16,2	27,0	50,5
2013	100	6,1	16,1	28,0	49,8
2014	100	6,0	16,0	28,9	49,1
2015	100	5,8	16,0	29,9	48,4
2016	100	5,6	15,9	30,9	47,6
2017	100	5,4	15,8	31,9	46,9
2018	100	5,2	15,7	32,9	46,1
2019	100	5,1	15,6	33,9	5,4
2020	100	4,9	15,5	35,0	4,6

Fonte dos dados básicos para projeção: Contas Nacionais do Brasil, diversos anos (IBGE, 2006); Contas Regionais do Brasil, diversos anos (IBGE, 2007); World Bank (2004).